

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2019

(Do Sr. Deputado Alexandre Padilha)

Requer ao Ministro de Estado da Saúde informações a respeito das orientações repassadas pela SESAI a entidades conveniadas e coordenadores distritais.

Senhor Presidente,

O Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, as seguintes informações:

- 1) Qual a atual situação da política de atenção à saúde dos povos indígenas no Brasil? Apresentar relatórios e outros documentos comprobatórios.
- 2) Como o Ministério da Saúde pretende atuar para a garantia da atenção à saúde indígena com o corte de cerca de R\$400 milhões na previsão orçamentária para 2020 em relação ao ano de 2019?
- 3) Como se pretende garantir a continuidade da contratação dos profissionais de saúde para atuar nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas?
- 4) Como se pretende garantir a continuidade dos serviços prestados pelas entidades conveniadas nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, considerando a solicitação encaminhada pelo Ministério da Saúde às entidades conveniadas para que procedam com as férias relativas a 2019 de todos os seus colaboradores que gozam deste direito até março de 2020, sem que haja substituição desses profissionais neste período?
- 5) As instâncias de controle social indígena estão participando das ações do Ministério da Saúde voltadas a essa população? De que forma?

JUSTIFICAÇÃO

Com a justificativa de necessidade de atualização e alinhamento das informações dos convênios celebrados pelo Ministério da Saúde, a Secretaria Especial de Saúde Indígena encaminhou, em 31 de outubro de 2019, o Ofício Circular Nº 14/2019/SESAI/CGPO/SESAI/MS com orientações aos Coordenadores Distritais e entidades conveniadas.

Dentre as medidas exaradas no referido ofício está a solicitação de que *“as entidades conveniadas procedam com as férias relativas a 2019 de todos os seus colaboradores que gozam deste direito até março de 2020, sem que haja substituição desses profissionais neste período”*.

É importante considerar que esse episódio ocorre logo após a recente ameaça de extinção da Sesai, a qual foi reconsiderada tendo em vista os vários protestos das lideranças indígenas pelo país. Além disso, em março de 2019, houve atraso no pagamento de 13 mil funcionários e de fornecedores, chegando a inviabilizar o funcionamento de diversas unidades de saúde. Junto a isso, vários Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) ficaram com poucos ou nenhum médico após a saída dos cubanos que atuavam no programa Mais Médicos em novembro do ano passado.

Nesse sentido, é de extrema relevância que, diante das orientações que estão sendo repassadas às entidades conveniadas, que o Ministério da Saúde se manifeste quanto à manutenção da atenção à saúde indígena prestada nos locais cobertos por estas entidades.

Diante desses fatos, com a urgência que se faz necessária, requeiro as informações aqui solicitadas.

Sala das Sessões, em, de novembro de 2019.

ALEXANDRE PADILHA

Deputado Federal PT/SP